

# Contribuições da Sociologia para a Análise sobre o Espaço

António Pedro Marques  
UÉvora, ECS, DSoc | CICS.NOVA.UÉvora  
apsmarques@uevora.pt

## Resumo

O espaço tem sido considerado como uma matéria-prima de interesse para uma pluralidade de ciências. A sua abordagem vai da Física à Geometria, da Economia à Sociologia e assume várias e diversas reflexões teóricas sobre as diferentes temáticas de que é detentor. Se nos primórdios da Sociologia não havia um interesse particular sobre o espaço e, em particular, sobre o fenómeno urbano e pelas suas reconfigurações resultantes da Revolução Industrial, não é menos verdade que a influência exercida hoje sobre a Sociologia e os sociólogos foi, e continua a ser exercida, por parte dos autores que estão na base do edifício da teoria sociológica. E essa influência foi a grande responsável pelo desenvolvimento dos saberes específicos de que são detentoras a Sociologia Espacial, Sociologia Urbana e a Sociologia Rural e a atual Sociologia do Território, que para além das teorias produzidas são ainda responsáveis pelos debates em torno de velhas e de novas questões que a Sociologia procura resolver.

**Palavras-Chave:** Espaço, território, teorias urbano-rurais.

## Notas preliminares

A problemática sobre o espaço tem vindo a manter-se viva no seio das várias ciências. A sua abordagem vai da Física à Geometria, da Economia à Sociologia, para apenas citarmos algumas abordagens e reflexões temáticas. “*Cada disciplina desenvolve novos conceitos e novos métodos de análise de modo a responder aos novos problemas de organização socioeconómicos dos territórios locais*” (Guerra, 1991, p. 17).

Assim e no que concerne à Sociologia, o século XX foi marcado pela emergência do interesse sobre o espaço – nas suas vertentes de estudos urbanos e rurais. Se a *Escola de Chicago* ainda hoje é referenciada quando falamos em Sociologia Urbana, tal facto deve-se ao conjunto de particularidades relacionadas com a vida urbana e que as condições sociais e teóricas do momento, possibilitaram a elaboração de teorias e de metodologias que se mostraram inteligíveis para a sua apreensão e compreensão.

À medida que o século XX avançava, as contribuições da Sociologia, para os novos problemas de organização do espaço, iria receber contributos variadíssimos, consoante a matriz cultural de cada país (e de cada Sociologia).

Em língua inglesa, as preocupações e as leituras sobre o espaço são distintas entre a corrente britânica e a norte-americana, o que confirma o carácter heterogéneo, quer de conceitos quer dos resultados das pesquisas empíricas, desenvolvidos e recolhidos a partir de questões e de problemas expressados diferentemente.

Por outro lado, a tradição teórica continental europeia, que abarca as correntes da Sociologia Urbana italiana, alemã e francesa é, ela também, bastante heterogénea. Enquanto a corrente alemã caracteriza-se por um entrosamento de interesses filosóficos e de aspetos concretos, que envolvem a programação social e territorial, a corrente italiana focaliza os seus

interesses nas diferenciações territoriais observadas nas três grandes regiões de Itália, procurando encontrar os equilíbrios territoriais nas diferentes dinâmicas encontradas.

Já a corrente francesa apresenta uma particularidade muito especial. Pese embora se consolide internacionalmente no filão crítico de matriz marxista (com maiores ou menores ortodoxias), encerra em si quatro correntes, estando muito longe, de uma posição de *escola* unificada.

Tal situação, ao contrário do que se possa pensar, viria a torna-se muito frutífera em matéria de reflexão, discussão e de produção teórica, para além do reavivar os aspetos mais praxiológicos relacionados com as correntes marxistas, corporizados nos movimentos sociais urbanos.

Ora o espaço é apropriado por uma dada relação social que é responsável pela sua produção, mantendo-o a partir de uma forma de *Poder*.

As diversas áreas do conhecimento, Sociologia incluída, adotaram o conceito de *território*, que possibilitou a saída das clivagens polarizadas, ou seja, entre o rural e o urbano e entre o espaço agrícola e o espaço industrial. O conceito atinge ainda uma maior inteligibilidade na medida em que possibilita uma maior visibilidade às economias locais.

Se o conceito de *território* tentou resolver um conjunto de questões com que se confrontavam a Sociologia Urbana e a Sociologia Rural, não é menos verdade que obriga à realização de um conjunto de reflexões e de interrogações sobre os seus *objetos específicos* de análise.

## 1. A sociologia clássica

Se nos debruçarmos sobre os estudos que a Sociologia produziu sobre as questões urbanas, depressa nos apercebemos que nos escritos daqueles que habitualmente apelidamos de fundadores da ciência sociológica - Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber - raramente se dá conta da sua preocupação em torno

dessas questões. Raramente, pois a exceção parcial vai para Max Weber (*cf.* Savage & Warde, 2002, p. 8).

Este desinteresse pelo fenómeno urbano não significa o desinteresse da Sociologia sobre as questões do espaço ou sobre as questões rurais e urbanas.

Aparentemente estamos perante uma situação de paradoxo. Mas na realidade o que se verifica é algo de muito diferente. Hoje, a influência de Karl Marx, de Émile Durkheim e de Max Weber que se faz sentir quer sobre a Sociologia, quer sobre nós, sociólogos, é muito maior que aquela que se sentiu no início do século passado.

Se é verdade que Karl Marx nunca reivindicou o estatuto de sociólogo, também não é menos verdade que a própria Sociologia ocidental só reparou e atribuiu interesse sociológico aos seus escritos há pouco mais de quarenta anos, tendo tomado em relação aos mesmos uma posição crítica, ao considera-los deterministas e equívocos (*cf.* Savage & Warde, 2002, p. 8).

Já Max Weber só viria a ser revelado e os seus escritos metodológicos conhecidos, a partir da década de trinta do século passado, pela mão de Talcott Parsons. Até essa década Max Weber não passava de um sociólogo histórico especializado (*cf.* Savage & Warde, 2002, p. 9).

Finalmente, Émile Durkheim é, dos três autores, aquele que possui uma elevada influência no desenvolvimento da Sociologia enquanto ciência e enquanto disciplina académica, uma vez que foi um dos fundadores de uma das primeiras revistas de Sociologia (*cf.* Savage & Warde, 2002, p. 9).

Independentemente destes três autores, a Sociologia surge no início do século passado com um elevado interesse sobre a natureza da vida urbana e com a análise dos *problemas urbanos*, sejam o desemprego, a pobreza, as tensões sociais, os fatores de desenraizamento, o congestionamento, entre outros (*cf.* Savage & Warde, 2002, 9).

## 2. A sociologia espacial

O espaço deve ser entendido como “*um mediador indispensável na análise das relações sociais*” (Guerra, 1987, p. 4). A especificidade de que é detentor reside na capacidade em induzir “*recortes próprios e indispensáveis, a partir dos quais se formam situações específicas e se exprimem de formas diferentes as relações sociais, contribuindo, portanto, para instituir posições de desigualdade mas, também, novas relações sociais que se configuram na relação com o espaço, ou seja, no uso que dele fazem.*” (Guerra, 1987, p. 4)

Esta reflexão em torno do espaço tem, nos últimos anos, recebido contribuições de duas correntes fundamentais de pesquisa sociológica, uma que se denominou Sociologia Espacial e cujo objeto de análise incide sobre a materialização do espaço; e a Sociologia Urbana, que procura compreender as significações e os efeitos provocados pelas concentrações humanas ao nível das relações sociais.

Enquanto a Sociologia Espacial procura estabelecer “*uma articulação entre uma teoria geral e uma teoria urbana introduzindo na questão urbana algumas das grandes problemáticas da teoria geral da sociologia*” (Guerra, 1987, p. 7), e nalguns casos, entre uma teoria geral e a cidade, a Sociologia Urbana está perante uma cidade já produzida e confronta-se com a descontinuidade entre os conceitos de base social - que tem a ver com a definição da existência de interesses comuns - e de força social - assente na consciência desses interesses e na fabricação de meios para os satisfazer (Guerra, 1987, p. 8).

Os impasses em que a Sociologia Espacial caiu parecem residir nas dificuldades em contornar ou, quiçá, sair da especificidade material do espaço e da influência que este exerce sobre as relações sociais. Por outro lado, as dificuldades em construir um corpo conceptual específico prendem-se com a relação que mantém com o espaço conceptual da sociologia geral, que destrói a especificidade e a própria identificação do espaço enquanto objeto sociológico e possuidor de identidade própria.

Por sua vez, a Sociologia Urbana teve, desde o seu nascimento, na corrente *culturalista* da *Escola de Chicago*, um objeto teórico especificamente urbano, par-

tindo do pressuposto que o espaço urbano é detentor de características próprias, que constringe ou incentiva determinados comportamentos urbanos.

As duas perspetivas em presença, que partem de valorizações diferentes sobre os processos de produção e apropriação social do espaço urbano, são unânimes ao pressupor que “*o espaço é um elemento de mediação indispensável, a partir do qual se criam situações particulares e se exprimem estruturas sociais.*” (Guerra, 1987, p. 20)

O espaço não é algo abstrato. Também não é uma página em branco sobre a qual são inscritas as ações desenvolvidas pelos grupos e pelas instituições. É, acima de tudo, um espaço social produtor de relações sociais e que contribui para que as desigualdades e os interesses sociais sejam institucionalizados.

## 3. A sociologia urbana: seu desenvolvimento teórico

A Sociologia Urbana está muito longe de possuir uma estrutura científica unitária e a sua já longa história não pode, nem deve ser apresentada como um mero repositório acumulado de conhecimentos teóricos e de estudos empíricos realizados ao longo de décadas, e que convergem para a formação de corpo orgânico da disciplina.

Seria, por outro lado, extremamente simplista afirmar que, embora a Sociologia Urbana esteja atenta a um conjunto de fenómenos sociais alvo de uma definição unívoca, existe no seu interior um número definido de paradigmas alternativos, cabendo a cada um uma interpretação diferente em relação aos restantes.

O que na realidade se verifica no âmbito da Sociologia Urbana é um acervo heterogéneo de conceitos, de resultados de pesquisas empíricas, que se mostram diversificados e diferentes na medida em que são o produto de questões e de problemas que foram formulados de modo diferente.

Esta diferença sobre o modo de pensar os problemas está intimamente relacionada com um conjunto de

aspectos: os contextos nacionais em que decorrem, os momentos historicamente distintos que produzem os debates e os problemas sociais e territoriais que decorrem em formações sociais e culturais diferentes e nem sempre passíveis de comparação.

No que se refere às tradições teóricas que se podem encontrar no seio da Sociologia Urbana, Alfredo Mela (1999) propõe duas, que no seu entender se apresentam parcialmente diferentes:

- a) a tradição teórica norte-americana, partilhada com acentuações específicas pelos sociólogos anglo-saxónicos;
- b) a tradição teórica europeia-continental, detentora de perfis específicos, e onde cabem os sociólogos urbanos franceses, italianos e alemães (*cf.* Mela, 1999, p. 20).

#### 4. A Escola de Chicago

- a) A tradição teórica da Sociologia Urbana norte-americana encontra-se intimamente relacionada com a chamada *Escola de Chicago*.<sup>[1]</sup>

A *Escola de Chicago* desempenhou um papel de extrema importância na consolidação e na confirmação da Sociologia Urbana enquanto ramo específico da Sociologia.

Em 1915, Robert Ezra Park publica no *American Journal of Sociology* o artigo “*The City: Suggestions for the Investigation of Human Behavior in the City Environment*”, um artigo revelador das preocupações que a *Escola de Chicago* detinha em relação à vida urbana e no qual é apresentado um programa de investigação de Sociologia Urbana.

A partir dessa altura, ao longo dos anos vinte e seguintes, decorrem na *Escola de Chicago* dois domínios de investigação:

O primeiro domínio de investigação desenvolveu um extenso trabalho empírico sobre a *cultura urbana*, tentando determinar a especificidade do *urbanismo como*

*modo de vida*.

Esses estudos centraram-se sobre os diversos comportamentos verificados na comunidade urbana, entre a vizinhança, sobre a delinquência, sobre a mobilidade intraurbana, a vida nos bairros fortemente segregados etnicamente, etc.

Estes estudos foram realizados por Robert Ezra Park, Ernest Burgess, Rodrick McKenzie e principalmente por Louis Wirth, e representaram as primeiras análises de Sociologia Urbana.

O segundo domínio de investigação teve como representantes Ernest Burgess e Rodrick McKenzie.

Enquanto Burgess desenvolveu um conjunto de trabalhos sobre a forma urbana, com recurso à cartografia ecológica, das *áreas naturais* de Chicago, tentando construir uma teoria científica do crescimento urbano e da estruturação espacial baseada nas cidades norte-americanas, Rodrick McKenzie, incrementou um conjunto de trabalhos de cariz etnográfico, que incidiram sobre os vários grupos sociais existentes na cidade de Chicago.

O outro domínio de investigação da *Escola de Chicago* foi desenvolvido por Rodrick McKenzie, com recurso às técnicas etnográficas. Trata-se do lado menos conhecido dentro da Sociologia Urbana, pese embora a sua grande influência se tenha sentido mais ao nível da Antropologia Urbana.

Estas etnografias, que tiveram o seu aparecimento a partir da década de vinte, incidiam sobre os vastíssimos aspectos da vida da cidade de Chicago e procuraram dar resposta às questões que anos antes Robert Ezra Park levantara. Por outro lado, estas etnografias apresentavam grandes pormenores da vida urbana da cidade, ao mesmo tempo que escolhiam algumas populações-alvo para os seus Estudos: os mais desfavorecidos, os desprotegidos e os que não se fixavam (*cf.* Savage & Warde, 2002, p. 11).

McKenzie procurava demonstrar que a localização no espaço não era apenas um produto dos recursos e das funções de cada grupo em termos de atividade na competição, como também estava associada a um

ciclo ecológico de *invasão-competição-sucesso-acomodação*, válido não apenas para as atividades e áreas de residência, mas também para os grupos étnicos (*ethnic succession* e *residential invasion*). A diferença entre esses processos e as formas naturais de competição (válidas para plantas e animais) residiria na capacidade humana de transformar as condições ambientais.

Ao longo das décadas de quarenta e cinquenta, Amos Hawley, ao proceder a uma nova análise da ecologia urbana, reduziu a ênfase na competição, aumentando a importância da cooperação.

O modelo de Ernest Burgess foi, contudo, o que tornou a *Escola de Chicago* mais conhecida.

Este modelo, como já foi referido acima, assentava nos padrões do uso do solo da cidade de Chicago, procurando configurar os padrões básicos de segregação social nas cidades contemporâneas.

Baseado em quatro zonas concêntricas, formava uma representação ideal-típica do crescimento da cidade. No meio da cidade estava previsto a existência do centro de negócios da cidade. Numa zona de transição, já afastada desse centro, uma outra área concêntrica caracterizada pela decadência urbana, onde se observava uma *invasão* por parte dos negócios e da indústria.

Esta situação não se mostrava atrativa para os residentes. Então aqueles que eram possuidores de alguns recursos económicos recorriam à zona residencial dos trabalhadores, ou seja, uma zona mais periférica que antecedia os subúrbios onde a chamada classe média se apresentava em predominância.

Ao elaborar este modelo, Ernest Burgess quer relevar a importância dos processos ecológicos, ou seja, “à medida que as cidades se expandem, sucessivas “invasões” ocorrem simultaneamente ao extravasar das pessoas daquelas que eram as suas áreas para outras, levando à competição entre diferentes comunidades e à alteração da forma urbana” (Savage & Warde, 2002, p.11).

É curioso verificar que, quase um século após este modelo ter sido apresentado, assiste-se em Portugal, em matéria de Planeamento Municipal, a estratégias

semelhantes, rompendo com um passado onde as *periferias sem qualidade* eram dominantes em torno das grandes cidades. O Planeamento Municipal pressionado urbanisticamente pelos agentes imobiliários apresenta nos seus territórios zonas destinadas a condomínios fechados, alguns deles junto a campos de golfe, etc. [2]

Os temas-chave, ainda hoje relevantes, que derivam da experiência da *Escola de Chicago*, não se referem à teoria ecológica formalizada nem às primeiras versões do método etnográfico urbano, mas constituem, antes, três elementos substantivos interrelacionados: a *sociation*, as formas variáveis que esta toma na modernidade e, por último, a reforma social.

Se para a primeira *Escola de Chicago* a estruturação do espaço era vista como um produto da luta dos indivíduos e grupos por recursos escassos, já para a segunda versão da tradição ecológica a distribuição sócio espacial foi entendida como uma adaptação funcional de cada espaço particular a transformações provocadas na sociedade urbana como um todo.

A sociedade seria então um sistema que, buscando equilíbrio, imprimiria funções diversas a cada uma de suas partes.

Uma transformação em determinada configuração espacial representaria uma mudança homeostática das partes daquele sistema.

## 5. A sociologia urbana britânica

No Reino Unido, o desenvolvimento da Sociologia Urbana só assumiu interesse académico quando esta foi instituída, nos anos sessenta do século passado, como matéria lecionada no ensino superior.

Todavia, é de realçar que embora se tenha verificado esta entrada tardia no mundo académico, no Reino Unido, tal como nos Estados Unidos, havia uma longa tradição ao nível da pesquisa social, sobretudo nas questões que lhe são colaterais, ou sejam, as questões relacionadas com a natureza, as causas e consequências dos *problemas urbanos* (cf. Savage &

Warde 2002, p. 18).

As preocupações dos analistas sociais de então apresentavam nas questões da pobreza urbana e no seu recenseamento, na tentativa de perceberem quais as causas teóricas que poderiam explicar a pobreza nos meios urbanos. Mas, contrariamente ao que poderíamos supor, este estilo de trabalho apresentava-se mais próximo, do que hoje chamamos de *jornalismo de investigação*, do que dos métodos etnográficos utilizados pela *Escola de Chicago*.

De todos estes *repórteres do social*, distingue-se Henry Mayhew, cujos trabalhos, realizados na cidade de Londres, revelaram que a pobreza urbana era devida às baixas remunerações, derivadas de crises cíclicas que a produção ligada a muitos ofícios manuais apresentava e não, como se supunha, à falta de qualidades pessoais intrínsecas aos próprios pobres.

Na continuação deste tipo de estudos realçam-se os trabalhos de Charles Booth [3] e de Benjamin Seebohm Rowntree [4], que embora possuíssem as mesmas preocupações que Henry Mayhew, adotaram, como técnica de recolha de informação, os inquéritos estatísticos em detrimento da entrevista, técnica predileta utilizada por Mayhew.

Nos trabalhos de Charles Booth realizados já no último quartel do século XIX, verifica-se a sua grande preocupação em enumerar as causas da pobreza na cidade de Londres, causas essas que são estabelecidas a partir da distinção entre os impactos dos hábitos individuais e os que estão relacionados com determinados tipos de emprego. [5]

Também em matéria de tradição em pesquisa urbana existem diferenças substanciais entre a tradição norte-americana e a britânica.

Os britânicos não atribuíam grande interesse às populações de passagem e desenraizadas que apareciam pelas cidades. O seu interesse era muito maior quando se tratava de questões que envolviam não só os aspetos relacionadas com a pobreza, bem como os temas relacionadas com a classe social.

Deve-se a Charles Booth o desenvolvimento de uma

tipologia (extremamente complexa) de classes sociais, da qual construiu uma geografia social da cidade de Londres. Graças a esse trabalho é que Booth é considerado como um dos primeiros sociólogos a demonstrar, de modo sistemático, a forma em como a classe social afetava não apenas a segregação social urbana, como produzia um maior ou menor envolvimento nos aspetos institucionais da vida quotidiana, nomeadamente na atividade religiosa (*cf.* Savage & Warde, 2002, p.18).

Ou seja, na tradição da *Escola de Chicago* os trabalhos desenvolvidos aludiam a importância da *classe social* para a realçar enquanto força social, ao passo que a preocupação dominante com a *classe social* por parte dos britânicos conduziu a aspetos particulares que iriam marcar algumas teorias da sociologia urbana no Reino Unido.

O contraste é ainda mais evidente entre a tradição norte-americana e britânica se verificarmos um crescente interesse, por parte dos primeiros, em relação às questões relacionadas com a raça e a pertença étnica, aspetos que não nutriam grande interesse por parte dos estudos urbanos britânicos.

Registe-se um outro aspeto que pode contribuir para o entendimento desta originalidade britânica e que se relaciona com o facto de existir uma outra tradição da sociologia britânica que, nos seus primórdios, se encontrava ligada à *British Sociological Society* fundada em 1903. Um dos principais interesses que desde logo foi manifestado por esta sociedade prendia-se com o estudo sobre as concentrações urbanas. [6]

Na altura, a *British Sociological Society* era possuidora de uma linha intelectual proveniente das escolas sociológicas francesas de Émile Durkheim e Frédéric Le Play. Todavia, a referência mais importante para a *British Sociological Society* era sem dúvida a da escola de Le Play. Não que Le Play tenha sido um teórico, mas o seu grande mérito teria residido no facto de ter centrado a sua atenção no papel que a Sociologia deveria desempenhar, enquanto disciplina, nas análises que deveriam privilegiar as relações trinitárias *Local, Trabalho e Tradição*.

Por outro lado, Le Play defendia que os sociólogos

deveriam analisar as situações que são familiares no contexto regional, de modo a que se pudesse averiguar a existência de reciprocidades entre o meio e a sociedade.

Este princípio de Frédéric Le Play deixava à Sociologia (e aos sociólogos) a tarefa de unir disciplinas que de outro modo se mostravam díspares.

Decalcando o pensamento de Le Play, a *British Sociological Society* vai considerar que são as cidades vivas, assim como as suas regiões, os espaços que reúnem as melhores condições e que de uma maneira mais completa, possibilitam a oferta de aspetos diretamente observáveis da civilização.

Para Patrick Geddes o *inquérito* era possuidor de uma maior abrangência que os *inquéritos* por amostragem realizados por Charles Booth, na medida em que continha informação sobre o ambiente natural, a história do local e as atividades desenvolvidas pelos seus habitantes.

Geddes, cuja formação académica original era a Biologia, era um homem multifacetado: às vezes era geógrafo, outras vezes sociólogo, para além de propagandista e educador, tudo isto antes de se ter tornado numa referência nas questões do planeamento regional e urbano.

Dessa pluralidade de conhecimentos e de formações, surge-lhe a ideia de tentar agrupar os conhecimentos das Ciências Naturais, da Geografia, da Economia e da Antropologia, e pensou que no seu conjunto pudessem ser subsumidos como Sociologia.[7]

Como educador, conseguiu persuadir vários grupos de pessoas a realizar este tipo de *inquéritos* em vários locais, quer por razões de autoeducação e de consciencialização cívica, quer por razões meramente científicas.

Deste apelo resultaram inúmeras recolhas de *inquéritos*, por amadores, em cidades e aldeias do Reino Unido. Estava traçado o rumo da Sociologia Urbana britânica.

A aplicabilidade de métodos de investigação pouco

adequados, levaria a um descrédito acentuado da Sociologia Urbana no seio dos próprios sociólogos; simultaneamente assiste-se ao uso (e abuso) da aplicação não sociológica do *inquérito* social por parte dos planificadores

Se para a *Escola de Chicago* a Sociologia Urbana estaria envolvida com três preocupações gerais: a *sociation* na cidade moderna, a natureza da modernidade, e um projeto político liberal, no Reino Unido a situação era substancialmente diferente.

Para os sociólogos urbanos britânicos o interesse para com a *sociation* era quase inexistente.

Enquanto para os continuadores da *Escola de Chicago* as observações eram acentuadas no âmbito da vida social da vizinhança, dos gangues ou dos grupos sociais informais, a orientação dominante britânica estava virada para a aplicação do *inquérito* às unidades familiares, à pesquisa sobre os rendimento e despesas das famílias, não existindo uma verdadeira preocupação com a importância dos vínculos sociais mais alargados.

Os sociólogos britânicos de então eram levados a considerar que as identidades de classe social originavam vínculos sociais, ainda que em ambientes urbanos de algum modo diferentes.

Os seus interesses tinham mais a ver com as questões decorrentes da vida *contemporânea*, ao mesmo tempo que também mostravam um certo compromisso com a atividade política.

Por muitas críticas que se tenham produzido às ideias de Patrick Geddes, o facto é que a Sociologia Urbana britânica nunca abandonou a técnica de *inquérito* para proceder às suas análises regionais.

O tipo de atenção particular que concederam ao método de observação à escala regional possibilitou perceber dois aspetos importantes: a causa pela qual se tornou impossível abstrair os indivíduos do seu meio social mais abrangente; e que a Sociologia, sendo uma ciência contextual, não deveria repartir ações sociais por um conjunto de subdisciplinas, devendo proceder à integração dos diferentes aspetos produ-

zidos pela atividade social.

Como reação ao uso de técnicas etnográficas básicas e de observação direta das atividades sociais por parte dos *Mass observation* [8] que as utilizavam, em vez de conduzirem as entrevistas com o recurso às grelhas de questões pré-estabelecida, assiste-se a uma galopante hegemonia do inquérito dominado pelas ideias estatísticas em que o recurso à amostragem aleatória se tornou regra.

Neste período, pese embora haja uma certa semelhança no uso das técnicas utilizadas pelos etnógrafos da *Escola de Chicago*, o projeto britânico de uma *science ourselves*, recebeu pouca atenção na Academia britânica.

## 6. O pós-Guerra e o declínio da sociologia urbana anglo-saxónica

A década de trinta viria a ser a década crucial para a mudança de preocupações por parte dos sociólogos urbanos norte-americanos e britânicos.

Até a essa década, em ambos os países a Sociologia Urbana experimentara sérias dificuldades para se afirmar enquanto subdisciplina da Sociologia.

Embora se verificasse uma certa preocupação por parte dos sociólogos em determinar os meios e os contextos produtores de ação social, a verdade é que muitos dos temas empíricos da Sociologia afluíam matérias de carácter urbano, como os problemas criados pela imigração em massa, a pobreza urbana, as patologias sociais, os grupos de conflito e os vínculos sociais.

Posteriormente à década de trinta, os desenvolvimentos verificados na Sociologia levaram a que se tivesse verificado uma deslocação do eixo de interesses da Sociologia pelas questões urbanas e, por arrastamento, da sua lógica de contextualização.

A Sociologia passa, a partir dessa altura, a ser organizada à volta de um conjunto distinto de problemas intelectuais.

A natureza da *ordem social* passa a constituir o principal pensamento teórico e tal alteração deve-se à publicação, em 1937, da obra de Talcott Parsons *The Structure of Social Action*.

Nesta obra Parsons apresenta aos sociólogos norte-americanos as teorias de Émile Durkheim, de Max Weber e de Vilfredo Pareto, que considerou como teóricos centrais no pensamento sociológico. Se a obra de Durkheim já tinha merecido vários estudos, o mesmo não se passara com as obras de Max Weber e de Vilfredo Pareto.

Em 1951, Talcott Parsons publica *The Social System*, onde colocou o problema da *ordem social* no centro da Sociologia norte-americana.

Entretanto, na Sociologia europeia eram os estudos sobre as desigualdades e sobre o controlo social que iriam continuar a dominar o espaço da produção sociológica.

Talvez pela crescente legitimação que o uso dos métodos de pesquisa baseados em estatísticas foi alcançando, o carácter predominantemente contextual que caracterizava a investigação urbana foi diminuindo.

Esta conceção parsoniana de *ordem social* não existia na antiga Sociologia norte-americana nem na europeia.

A única referência à *ordem social* que se encontra nos estudos desenvolvidos pela *Escola de Chicago* é a sua convicção que a *ordem social* é inexistente na cidade moderna, existindo apenas uma luta descoordenada para obter recursos e pela sobrevivência.

Este conceito de ordem social era tido como uma questão meramente política, que pode ser alcançada através de empenhamento político e não como matéria sociológica.

A influência do chamado *funcionalismo normativo* de Talcott Parsons viria a refletir o novo clima político que os Estados Unidos (e o mundo) viviam após 1945.

Este novo clima está bem patente no contraste de

análises sobre a cidade, enquanto para os membros da *Escola de Chicago* a cidade era apresentada como um espaço fragmentado e caótico, um local de agitação social por excelência.

Ora, na era do planeamento que marcou o pós-guerra, das teorias Keynesianas de crescimento económico, do abafamento dos conflitos sociais e das reduções das imigrações massificadas, esta ideia catastrófica da cidade estava completamente desajustada.

Com estas alterações verificadas na sociedade norte-americana, a atividade da Sociologia Urbana foi-se desvanecendo, uma vez que os aspetos teóricos até aí considerados pertinentes diminuíram, assim como as suas próprias convicções políticas viriam a tornar-se cada vez mais pontuais.

A Sociologia Urbana norte-americana não morrerá. Embora os sociólogos urbanos continuassem a trabalhar, o facto é que em termos técnicos a pesquisa desenvolvida mostrava-se cada vez mais positivista e o domínio era agora assumido pelo planeamento urbano (*cf.* Savage & Warde, 2002, p.22).

Por outro lado, a Sociologia Urbana do pós-Guerra viria a resolver a questão do debate metodológico existente na Escola de Chicago. Esse debate oscilava entre a utilização do *método de estudo de caso* e o *método de inquérito*, e a opção tomava foi para este último método.

Embora os estudos etnográficos continuassem a ser realizados, a verdade é que o uso da metodologia qualitativa foi perdendo prestígio em detrimento da investigação que recorria às metodologias quantitativas, baseadas no uso de métodos estatísticos.

A investigação da Sociologia Urbana orientava-se exclusivamente para as formas de lidar com os problemas urbanos, vistos como matéria de administração e não como algo orientado para a reforma política.

Esta situação alterou-se radicalmente quando em meados dos anos sessenta, os desenvolvimentos políticos que se verificaram nos Estados Unidos levaram

à ocorrência de motins urbanos, [9] perturbando não só a economia norte-americana como o próprio *status quo* académico. Simultaneamente, foram trazidas para a ribalta da análise sociológica um conjunto de questões relacionadas com a *justiça* e a *ordem social*.

Os comportamentos políticos conflituosos, até aí sonegados, passaram a constituir o alvo das atenções e das preocupações de uma Sociologia norte-americana que se tinha acomodado ao *establishment* político e que começa a denotar uma certa inquietação, senão mesmo, uma grande insatisfação em relação à teoria produzida por Talcott Parsons.

Entretanto, no Reino Unido a sociologia britânica procede a alterações significativas ao nível dos seus métodos de investigação, situação que é coincidente com a emergência de novas preocupações.

O interesse que até aí estava localizado no estudo sobre a contextualização dos processos de interação entre os sujeitos e o ambiente, passa a dar lugar privilegiado aos estudos sobre a estratificação ocupacional.

O conceito central desenvolvido pela Sociologia britânica do pós-Guerra residia na *classe social* e estendia-se às subdisciplinas sociológicas. E é este conceito que vai destronar os então conceitos de *região* e de *vizinhança* que tinham sido os preferidos nas suas análises empíricas.

Os sinais da mudança fizeram-se ainda sentir, sobretudo durante a década de setenta, quando se verifica um incremento no interesse por questões relacionadas com o *género* e com a *raça*, nomeadamente nas suas vertentes de desigualdades raciais e étnicas, assuntos que até aí tinham sido ignorados

As análises teóricas das práticas sociais procediam agora à sua associação com as operações dos sistemas comum, nacional, de classe e, posteriormente, de género e raça.

Ainda durante esta década, o *ambiente social* envolvente não apresentava qualquer relevância para a análise das classes sociais.

Contemporaneamente, a chamada análise estruturalista assenta lugar na teoria social através do filósofo marxista francês Louis Althusser.[10] Para os estruturalistas a análise das classes sociais deveria centrar-se na análise das forças que condicionam as posições de classe e não sobre os sujeitos.

Ou seja, o que os estruturalistas vêm propor é uma análise das classes sociais relacionada exclusivamente com o processo económico, que afetava tanto a natureza do trabalho como as próprias relações de trabalho, em detrimento duma análise mais ampla e que envolve quer o contexto social da vida quotidiana, quer as relações sociais e a residência.

Em conclusão, podemos depreender que uma das preocupações comuns, consideradas como cruciais, entre a *Escola de Chicago* e os primeiros sociólogos urbanos britânicos, se referia ao seu sentido de compromisso político.

Nos dois lados do Atlântico a investigação social continuou a estar entrosada com políticas de reformas de tipo social-democrata, apoiando a intervenção do Estado no sentido da promoção dos mais desfavorecidos e pelo funcionamento do mercado.

Enquanto a *Escola de Chicago* se preocupava com a forma de agir para alterar o modo estrutural da cidade de Chicago, mantendo para isso um conjunto de relações muito estreitas com a Administração política local, os sociólogos britânicos do período decorrente entre as duas grandes guerras mundiais faziam tentativas no sentido de promover as comunidades locais.

Contrastando com a situação anterior, os sociólogos do pós-Guerra viriam a considerar inteligível a realização de estudos e relatórios à escala nacional, uma vez que consideravam essa metodologia como a forma mais eficaz para pressionar o governo central.

Os estudos locais foram abandonados por se ter considerado que os mesmos não eram representativos, enquanto a metodologia quantitativa com recurso ao inquérito e a investigação realizados à escala nacional tinham maior impacto, pelo facto dos vários departamentos governamentais manifestarem uma maior consideração pelo conhecimento estatístico.

Chega-se ao final da década de sessenta, em que o campo da Sociologia tinha mudado radicalmente.

Todavia, a Sociologia, ao invés de centrar a sua atenção no estudo do *sociation*, tinha voltado a tratar quase exclusivamente as questões referentes ao Estado, às classes sociais, às várias organizações de interesse comum.

As questões relacionadas com o contexto urbano e com a ordem moral implícita nas ações quotidianas, foram sendo relegadas para um segundo plano. Os estudos à escala nacional sobre as mais variadas estruturas sociais, com recurso aos inquéritos aleatórios, substituíram os estudos locais sobre as desigualdades e a interação social entre os indivíduos.

Com um horizonte nada propício à Sociologia Urbana, as décadas de setenta e de oitenta viriam a proporcionar uma tentativa da sua reconstrução assente nos moldes do quadro teórico revisto das Ciências Sociais.

Dessa tentativa emergiu a *nova Sociologia Urbana*.

## 7. A sociologia urbana da Europa continental

A Sociologia Urbana que se desenvolveu na Europa continental, não menosprezou os contributos prestados pela *Escola de Chicago*.

Contrariamente ao que se possa pensar, as origens da Sociologia Urbana europeia remontam a algumas décadas de antecedência relativamente aos estudos de Robert Ezra Park.

Alguns autores, ao defenderem a ideia acima expressa, relegam para a Sociologia Urbana europeia as reflexões produzidas sobre “*as antíteses entre a sociedade tradicional e a moderna e sobre a antítese paralela entre as respetivas manifestações espaciais, a comunidade rural e a cidade industrial.*” (Mela, 1999, p. 21).

Do debate científico desta Sociologia especializada nasce um corpo conceptual e analítico que, mormen-

te se apresente heterogéneo, cria a possibilidade de se proceder à interpretação da cidade enquanto lugar onde se manifestam, na sua forma mais original, os aspetos sociais e culturais tradicionalmente classificados como típicos da modernidade.

Além disso, pode-se sublinhar como, no nosso contingente, a análise sociológica da cidade mantém, no século XX, um contacto mais estreito com a reflexão filosófica nas suas várias coerentes, do historicismo ao marxismo, do estruturalismo à fenomenologia.

Por outro lado, como já se referiu anteriormente, para além de alguns traços comuns, a Sociologia Urbana europeia apresenta grandes distinções com base em contextos nacionais – têm origem nas diferenças do substrato cultural que são acentuados pelas atitudes políticas contrastantes dos vários países, pelas diversas formas que os problemas territoriais e urbanos apresentam em qualquer contexto e, também, pelo facto da literatura especializada se fragmentar em função dos âmbitos linguísticos.

Neste sentido e no que se refere à Sociologia Urbana alemã, esta apresenta-se num misto de interesses de índole filosófica, e imbuída de aspetos concretos em termos de programação social e territorial.

Em contrapartida, a Sociologia Urbana italiana viria a concentrar-se em temas propostos pela realidade social do país, nomeadamente com as questões dos equilíbrios territoriais entre uma forte dinâmica urbana do *norte*, passando pelas características particulares da chamada *Itália do meio-dia* até às áreas de industrialização difusas, também conhecida por *terceira Itália*.

Particularmente rica em história é a Sociologia Urbana francesa, a qual, nos anos sessenta e setenta teve um papel essencial, ao consolidar-se no nível internacional através do filão crítico de origem marxista e viria a tornar-se, mais tarde, bastante influente na *political economy*.

Embora nessas décadas se constate esse filão crítico de matriz marxista, não se pode considerar que tenha existido uma *escola* unificada de Sociologia Urbana em França.

Curiosamente, os autores mais referenciados da denominada *Escola Francesa* não eram franceses. Se excetuarmos Henri Lefebvre, e Jean Lojkin, David Harvey é britânico e Manuel Castells é espanhol.

Durante as décadas em consideração, muitos foram os investigadores e de equipas de estudo e de investigação que partilharam este espaço de reflexão e de produção teórica e empírica.

Embora se deva a Henri Lefebvre e a Manuel Castells a visibilidade e organização da *Escola*, é à rede académica que conseguiram estabelecer que se deve a criação da revista *Espaces et Sociétés*, as *Mouton book series* e o *International Journal for Urban and Regional Research*

O grupo é ainda responsável pela fundação da *International Sociological Association Research Committee on Urban and Regional Development*.

Para a formação deste grupo de sociólogos urbanos contribuíram três processos de convergência:

- O processo de renovação intelectual em França, durante a década de sessenta, quando as Ciências Sociais se desprendem da Filosofia e realizam estudos empíricos sobre as sociedades em pleno processo de mudança social. É por essa altura que é fundada a primeira Escola Francesa de Sociologia, orientada para a investigação, no novo *campus* da Universidade de Nanterre, dirigida por Alain Touraine e que contava, como professores, com Michel Croizier, Henri Lefebvre e Fernando Henrique Cardoso;
- Os movimentos sociais de *Maió de 1968* que mobilizaram os intelectuais e que politizaram todo o trabalho de investigação social;
- A penetração das ideias dos movimentos de *Maió de 1968* na elite tecnocrática francesa e na ideologia urbana do Governo. A interpretação da crise social dos finais da década de sessenta por parte da elite, que a vê como uma crise urbana e que teve, como consequência, um mega programa de investigação patrocinado pelo Ministério da Habitação e Assuntos Urbanos.

Foi graças a este programa que grande parte dos sociólogos franceses se converteu em sociólogos urbanos, dando origem a quatro correntes que fluíram no interior da *Escola Francesa*.

Essas quatro correntes tinham dentro de si vários investigadores que diferiam dos restantes, mais por uma questão de metodologias de abordagem do que por divergências teóricas.

A primeira corrente identificava-se com Henri Lefebvre e era representada por ele mesmo. Desenvolveu o conceito de *civilização urbana*, como uma forma distinta de organização social. Por outro lado, concede importância ao espaço como elemento constitutivo das relações sociais e como uma expressão da sociedade. Defende o princípio do direito à cidade, contra a exclusão social.

A segunda corrente identificava-se com o marxismo ortodoxo. Integravam essa corrente Jean Lojkine, Christian Topolov e Edmond Preteceille. Esta corrente coloca em evidência o domínio do capital e dos interesses capitalistas sobre o Estado, e é através do Estado que se dá a dominação dos interesses capitalistas sobre os processos urbanos.

Estes pensadores seguiam fielmente a teoria do capitalismo monopolista de Estado. A obra de David Harvey, *Social Justice and the City*, representou uma síntese entre a lógica capitalista de dominação e a inspiração lefebvrieriana. Depois evoluiu até à análise da lógica interna do capital, ou seja, derivou cada expressão do *espaço e sociedade* a partir da lógica interna do capital até às lutas sociais.

A escola de Michel Foucault constitui a terceira corrente, e esteve organizada em torno de um centro de Investigação, o *Centre d'Étude, de Recherche et de Formation Institutionnelles* (CERFI) e de outros jovens investigadores. Enfatizaram a análise da microfísica do Poder nas instituições sociais, e estenderam a noção de dominação ao âmbito da vida quotidiana, delimitada pelas instituições urbanas.

Esta corrente teria sido, talvez, a tendência de investigação mais inovadora durante a década de setenta. Foi a única que surgiu a partir dos velhos moldes

para abordar, sob um ponto de vista crítico, os novos temas sociais existentes numa nova sociedade.

A quarta e última corrente, a do marxismo estruturalista, possuidora da marca de Althusser por via de Nicos Poulantzas, teve Manuel Castells como representante. Os seus princípios teóricos serão tratados mais adiante quando for abordada a problemática da nova *Sociologia Urbana*.

É evidente que, com estas quatro correntes, a Escola Francesa revigorou internacionalmente a investigação urbana ao:

- colocar o poder e as relações sociais conflituosas, os valores e interesses no centro da dinâmica urbana.

Esta questão mostra de forma implícita e explícita a tônica que a *Escola de Chicago* põe na sociabilidade e na integração social. Por outro lado, encetou a crítica à noção de comunidade. As comunidades, no seu ponto de vista, não só eram conflituosas ao nível local, como eram criadas pela luta de classes e pelos projetos políticos gerados a um nível social mais amplo;

- exigir a especificidade do urbano.

Esta situação viria a forçar o marxismo e as teorias das classes a reconhecer um acervo completo de experiências, e que não se encontrava remetido às regras de produção e reprodução como fonte potencial de mudança social.

Foi o princípio do fim do monopólio da classe operária como ator da mudança. Sem dúvida que os sociólogos orientados pela escola do capitalismo monopolista de Estado, como Jean Lojkine e Edmond Preteceille, discordam deste princípio;

- afirmar a importância do espaço como indicio e força que estrutura a organização social.

Este projeto tinha uma ligação implícita com a análise materialista do enfoque da *ecologia humana* privado dos pressupostos funcionalistas;

- procurar esforços para ligar a teoria com a investigação empírica.

A exceção só poderá ser feita atendendo o esforço puramente teórico de Henri Lefebvre. (*cf.* Castells, 1998).

## 8. Das críticas ao modelo à nova sociologia urbana

Os desenvolvimentos teóricos da Sociologia no período do pós-Guerra viriam a servir de comparação aos processos – teóricos e empíricos – desenvolvidos pela Sociologia Urbana, em particular nos Estados Unidos. Aí, a produção científica da Sociologia Urbana assentava, ainda, em meras descrições estatísticas referentes às condições de vida nos centros urbanos, disponibilizando alguma base informativa tendente à resolução de problemas urbanos.

Outras áreas de interesse, continuaram a ser a exploração das questões subjacentes ao crescimento urbano e dos contrastes entre a vida urbana e a vida rural.

Do ponto de vista intelectual, a Sociologia Urbana norte-americana tinha-se esgotado. As críticas devastadoras em torno das suas muitas falhas teóricas não se fizeram sentir e provinham de todos os lados.

Dentro desse quadro crítico, a mais célebre e, quiçá, a mais original, foi elaborada pelo sociólogo catalão Manuel Castells, em 1972, com a publicação de *La Question Urbaine*.

Nesta obra, para além das críticas que traçou sobre as tradições orientadoras da Sociologia Urbana, propôs-se proceder à sua reconstrução partindo de novas bases teóricas.

Hoje, é perfeitamente perceptível que as críticas lançadas por Castells coincidiram com o ressurgimento e consequente adoção, de modo generalizado, da análise marxista pela Sociologia da Europa ocidental.

Com o retomar das teorias marxistas assiste-se, mais uma vez, às alterações nas orientações da teoria soci-

al, situação que se torna responsável pela mudança de rumo dos estudos urbanos que passam, assim, a ocupar um novo terreno.

Para os neomarxistas, o que estava em causa em matéria de teoria sobre os fenómenos urbanos prendia-se com o isolamento, em termos analíticos, a que deveriam ser sujeitos os aspetos especificamente capitalistas que caracterizam a vida económica, colocando a tónica no papel primordial das classes como agentes históricos; e rejeitando, ao mesmo tempo, o papel que o Estado Providência estava a desempenhar, do ponto de vista social, junto das classes trabalhadoras sem, contudo, proceder a uma redistribuição quer da riqueza quer do Poder.

São, no entanto, os escritos dos autores associados ao filósofo neomarxista Louis Althusser aqueles que se viriam a tornar como os mais influentes nas intenções, já manifestadas, de desenvolver uma *nova Sociologia Urbana* mais teórica e com análise mais rigorosa.

Estes escritos viriam a ter grande impacto não só junto dos autores declaradamente marxistas, como de autores que se reivindicavam da tradição weberiana, como Peter Saunders que publicou em 1981 a obra *Social Theory and the Urban Question* e na qual propunha romper com as linhas teóricas tradicionais em que a Sociologia Urbana se fundava.

O argumento em que assentava a crítica à postura assumida pela Sociologia Urbana, radicava na argumentação althusseriana da distinção entre *trabalhos científicos* e *trabalhos ideológicos*.

Esta distinção residiria no facto que estes últimos partiam de noções tidas como adquiridas, enquanto os primeiros manifestavam teoricamente as suas preocupações. O mesmo seria dizer que toda a disciplina científica, a Sociologia Urbana incluída, deveria ser detentora de um *objeto teórico* próprio distinto e, ao mesmo tempo, específico.

Assim sendo, a crítica lançada à Sociologia Urbana assentava na argumentação de que toda ela era detentora não de características científicas, mas sim de aspetos ideológicos, uma vez que no seu ponto de partida predominavam conceitos de senso comum,

tais como: cidade, comunidade, problemas urbanos, ou seja, na opinião dos críticos, conceitos que a própria Sociologia Urbana se mostrava incapaz de fundamentar teoricamente (*cf.* Savage & Warde, 2002, p.28).

O problema que emerge é deveras delicado. Procura-se saber qual o *objeto teórico*, distinto e específico da Sociologia Urbana. Esta situação aparenta ser fácil, todavia as interrogações persistem. Será a cidade o seu objeto teórico? Se a aceitássemos como tal, então surgiriam os mais variadíssimos problemas em torno das atividades sociais específicas de que a cidade seria hipoteticamente detentora e monopolizadora e, por conseguinte, não poderiam existir nos espaços não urbanos, ou seja, nos campos.

Ou, ainda, poder-se-ia aceitar como seu *objeto teórico* a preocupação sobre o *espaço* e a sua pluralidade de influências, nomeadamente o impacto que as próprias distribuições do espaço podem assumir junto da vida social.

A aceitação do *espaço* enquanto *objeto teórico* da Sociologia Urbana, seria aparentemente simples de resolver, não fosse o facto de ser excessivamente difícil de demonstrar em que medida esse mesmo *espaço*, considerado como distância física entre os objetos naturais e os objetos sociais, poderia conduzir à explicação sociológica pretendida.

Não sendo detentora de um *objeto teórico* e sendo difícil *saber como* construir um que lhe fosse próprio, nada mais restava à Sociologia Urbana senão receber as críticas de Manuel Castells, que se lhe apresentavam de uma forma bastante enérgicas.

Como sociólogo embutido pelo pensamento marxista, Manuel Castells tenta o processo de reconstrução da Sociologia Urbana, moldando-a à sua análise sobre as contradições existentes nas sociedades capitalistas.

Na sua opinião, na fase do chamado capitalismo tardio, as cidades eram detentoras de um papel específico, que agora já não se localizava no processo de produção, mas nos chamados centros de *consumo coletivo*, ou sejam, as variadíssimas formas de serviços

que o Estado facultava, de modo coletivo, aos cidadãos: a habitação, os transportes, a assistência na doença, etc.

Por outro lado, Castells partia ainda de um outro princípio: sendo o *consumo coletivo* dirigido àqueles que vivem num determinado raio espacial, tal vai implicar que haja um referente espacial por parte daqueles que nele se encontram.

O modo como estes serviços eram prestados constituía, segundo Castells, a fonte de mobilização política, geradores dos chamados *movimentos sociais urbanos*, que procuravam, através da contestação aos padrões existentes de *consumo coletivo*, uma melhoria das condições de vida urbana.

Castells propunha-se ir ainda mais longe no seu modelo, quando defendia que estas contestações se encontravam relacionadas com as condições de reprodução da força de trabalho e que estas seriam detentoras de um elevado potencial revolucionário, se entretanto se encontrassem articuladas com os movimentos das classes trabalhadoras. O que no fundo Manuel Castells queria demonstrar era que os *movimentos sociais urbanos* estavam intimamente relacionados com a luta de classes. [11]

Parecia, assim, que a contribuição do modelo teórico de Castells resolveria os problemas que atormentavam a Sociologia Urbana, que passaria agora a deter um *objeto teórico* – o *consumo coletivo* – e a prática política marxista, na medida em que o próprio marxismo saía fortalecido pela relação que Castells estabelecera entre os *movimentos sociais urbanos* e a luta de classes.

O curioso de todo este processo é o facto de que, do ponto de vista académico, a análise teórica que era desenvolvida sobre a cidade tenha sido feita a partir do princípio de que esta se tornava no local específico onde o poder laboral era produzido, tornando-se assim no emblema da então denominada *nova Sociologia Urbana*.

Para fortalecer este *novo olhar* sobre o papel da cidade, surge em 1977 a revista *International Journal of Urban and Regional Research* cujas influências de Castells e do marxismo francês eram bem patentes, pese embora

houvesse uma certa abertura a outras perspetivas teóricas não muito afastadas do marxismo.

Os anos setenta e parte dos anos oitenta do século passado, tornar-se-iam cruciais para a sobrevivência do modelo teórico de Castells. No início dos anos oitenta esse modelo era ainda visto como algo que iria dar novo fôlego à Sociologia Urbana (*cf.* Savage & Warde, 2002, p.29). Prometia-se, acima de tudo, um quadro teórico coerente para a análise das questões urbanas. Castells era um acérrimo crítico da análise *culturalista*, tal qual Louis Wirth estabelecera, e das teorias deterministas sobre as questões espaciais.

Propunha, em alternativa, uma teoria que dava todo o ênfase à característica variável da produção económica e ao papel que o Estado desempenhava nas sociedades contemporâneas, nomeadamente nas formas de organização do consumo coletivo. Por outro lado, as questões referentes aos *movimentos sociais urbanos* mereceram-lhe particular atenção, na medida em que estes se comportariam como veículos de contestação e oposição social.

Mas o decorrer dos anos oitenta iria mostrar-se impiedoso para o modelo de Castells e depressa se percebeu que as críticas e os argumentos preconizados por Castells levantavam tantos, ou até mais problemas, quantos os que resolvia.

Em termos práticos, os *movimentos sociais urbanos* (quer os de natureza social, quer os de natureza política) dificilmente se mostravam conciliáveis com as orientações políticas marxistas, ou seja, escapavam um pouco por toda a Europa ao controlo político dos partidos comunistas, em detrimento dos novos movimentos cívicos e ecológicos que entretanto começavam a emergir no horizonte europeu. [12]

Finalmente e no campo académico, verifica-se que à medida que se avançava na década de oitenta, as orientações do ensino marxista se reorientaram para os processos de produção, em detrimento do *consumo coletivo* que Manuel Castells tinha empolgado e que foi relegado para um papel insignificante, contribuindo desta forma para a decadência e abandono gradual dos pressupostos teóricos da *nova Sociologia Urbana*.

## 9. A emergência da sociologia do território

As Ciências Sociais nem sempre consideraram o território como uma variável necessária para a compreensão das realidades sociais e económicas. Dir-se-ia que, nos primórdios (*cf.* Reis, 2005a, p. 1).

Recentemente, as diversas áreas do conhecimento adotaram o *território* como conceito essencial nas suas análises.

Com a construção do conceito de *território* tornou-se possível sair da polarização que existia anteriormente, ou seja, entre o rural e o urbano, o espaço agrícola e o espaço industrial. Para além deste aspeto, do ponto de vista das políticas públicas, torna-se mais fácil conferir maior visibilidade à economia local.

No entanto, o conceito de *território* é utilizado como uma das dimensões das relações sociais, enquanto na verdade, o *território* é multidimensional, constituindo-se numa totalidade.

Muitos sociólogos trabalham ainda, de modo indistinto, com os conceitos de *espaço* e de *território* a partir de uma visão unidimensional, muitas vezes importada de outras áreas do conhecimento.

Partindo da definição extremamente ampla proposta por Henri Lefebvre de que o espaço *social* é a materialização da existência humana (*cf.* Lefebvre, 1991, p. 102), chega-se à noção que esse mesmo espaço constitui uma dimensão da realidade.

Esta amplitude conceptual potencializa um conjunto de utilizações distintas do *espaço* de que são exemplos os espaços políticos, os espaços culturais, os espaços económicos e os ciberespaços.

Sendo parte da realidade, o *espaço* é detentor de um carácter multidimensional.

Mas para se proceder à sua análise conceptual torna-se necessário defini-lo como sendo detentor de:

- a) *composicionalidade*, ou seja, o espaço compre-

ende e só pode ser compreendido em todas as dimensões que o constituem. Este sincronismo expressa as propriedades do espaço: é produto e é produtor, é movimento e imutabilidade, é processo e resultado, é lugar de partida e de chegada;

- b) *completude*, isto é, o espaço possui a qualidade de ser um todo mesmo sendo apenas parte. O espaço pode conter elementos da natureza mas também é formado pelas diversas dimensões sociais resultantes das relações que os sujeitos estabelecem entre si, aos níveis da cultura, da política ou da economia. Por outro lado, os sujeitos são produtores de espaços ao estabelecerem relações diversas, sendo produtos dessa multidimensionalidade.

O espaço contém todos os tipos de espaços sociais que resultam das relações entre os sujeitos, e entre estes e a natureza, transformando assim esse espaço, alterando as paisagens, construindo territórios, regiões e lugares. A *complementaridade* é a qualidade pela qual o espaço social complementa o espaço envolvente (espaço natural, espaço geográfico), (cf. Fernandes, 2005, p. 274).

As qualidades que o *espaço* possui são um autêntico desafio aos sujeitos que nele vivem, no sentido da procura sobre a compreensão dos mesmos. Daí que o *espaço* seja *multidimensional*, pluri-escalar ou multi-escalar, num processo ativo de complementaridade, de conflitualidade e de interação.

Não são raras as vezes em que estudos de análise espacial, sobre as relações sociais ou outras, procedem a *leituras* e desenvolvem *ações intencionais* que fragmentam o *espaço*.

Este procedimento só pode resultar em análises parciais e incompletas, uma vez que restringem as qualidades que compõem e completam o *espaço*.

O *espaço* apresenta-se como um conjunto indivisível de sistemas de objetos e sistemas de ações, os quais não podem ser considerados de modo isolado. Deve, antes de mais, ser considerado como um quadro único de análise onde se produz a ação histórica.

As relações sociais, ao apresentarem-se predominantemente produtoras de espaços fragmentados, dicotomizados, unos ou fracionados, produzem também espaços conflituais.

Desta produção fragmentada ou fracionada de espaços resulta um conjunto de *intencionalidades* que se produzem ao nível das relações sociais. São estas relações as responsáveis pela determinação dos tipos de *leitura* e de *ação intencional*, que esboçam a totalidade como se de uma parte se tratasse, ou seja, o *espaço* na sua qualidade completa, é apresentado como um fragmento ou como uma fração.

Esta decisão é uma *ação intencional* que vai interagir com uma *ação recetiva*, dando lugar à representação do espaço como fragmento ou fração.

Constitui-se, portanto, numa forma de *poder*, que mantém a representação materializada e/ou imaterializada do espaço, e que é determinada pela *intencionalidade* e sustentada pela *recetividade*.

Sem este tipo de relação social o *espaço* como fração não se sustenta.

A *intencionalidade* pode ser definida como um modo de compreensão que um grupo, uma nação, uma classe social ou até mesmo um sujeito utiliza para se poder realizar, ou seja, para se materializar no espaço, como definiu Henri Lefebvre.

Portanto, a *intencionalidade* não é mais do que *uma visão do mundo*, ampla e una, que assume sempre uma forma, um modo de ser e de existir.

É dentro desta lógica que se cria uma identidade. Torna-se imperiosa a sua delimitação espacial para que seja possível a sua diferenciação e possa ser identificada.

Constrói-se então uma leitura parcial do *espaço* que é apresentada como totalidade, dando origem às leituras etnocêntricas, uma vez que todos os povos e comunidades se sentem no centro do universo. A parte é transformada em todo e o todo é transformado em parte.

O espaço passa agora a ser compreendido de acordo com a *intencionalidade* da relação social que o criou, daí a sua redução a uma mera representação unidimensional, e a visão parcial que o criou irá ser expandida como representação da multidimensionalidade.

A relação social na sua *intencionalidade* cria uma determinada leitura do *espaço* que, de acordo com o campo de forças em presença, pode ser dominante ou não. Através deste processo, criam-se as diferentes leituras socio espaciais (cf. Fernandes, 2005, p. 276).

Dessa forma é produzido um espaço geográfico e ou social específico: o *território*. O *território* é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de *Poder*. Esse *Poder*, já foi referido anteriormente, é dado pela *receptividade*.

Por outro lado, o *território* é simultaneamente uma convenção e uma confrontação. E pelo facto de possuir limites e fronteiras, torna-se num espaço de conflitualidades.

Os *territórios* formam-se no *espaço* geográfico a partir de diferentes relações sociais. O *território* pode ser definido como uma fração do espaço geográfico e/ou de outros espaços materiais ou imateriais.

O *território* como um *espaço* geográfico, tal qual a região ou lugar, é detentor das qualidades *composicionais* e *completivas* dos *espaços*.

Partindo deste princípio, é essencial fazer sobressair a ideia de que o *território* imaterial é também um espaço político, ou seja um espaço abstrato. A sua configuração enquanto *território* refere-se às dimensões de *poder* e *controle social* que lhes são intrínsecas. E mesmo sendo uma fração do espaço, o *território* também é multidimensional. Essas qualidades dos espaços evidenciam, nas partes, as mesmas características da totalidade.

Se definirmos o *território* como um agregado de sistemas de ações e sistemas de objetos poderá significar que *espaço* e *território*, embora diferentes, são o

mesmo.

Será pacífico afirmar-se, então, que todo o *território* é um *espaço* (nem sempre geográfico, podendo assumir configurações sociais, políticas, culturais, cibernéticas, etc.). Por outro lado, é também evidente que nem sempre e nem todo o *espaço* é um *território*.

Os *territórios* movimentam-se e fixam-se sobre o espaço geográfico. O *espaço* geográfico de uma nação é o seu *território*. E no interior deste *espaço* há geralmente uma multiplicidade de *territórios*.

São as relações sociais que transformam o *espaço* em *território* e vice-versa, no entanto, o *espaço* é um *a priori* ao passo que o *território* se caracteriza por ser um *a posteriori*.

Além disso, o *espaço* é perene e o *território* é intermitente. Da mesma forma que o *espaço* e o *território* são fundamentais para que as relações sociais possam efetivar-se, estas produzem, de modo contínuo, novos espaços e novos *territórios* de contornos contraditórios, interdependentes e conflituosos. Esses vínculos são indissociáveis.

## 10. O conceito de território

O atual debate sociológico sobre o *território* tem revelado a existência de uma amálgama de opiniões e de pontos de vista díspares. Se por um lado existem aqueles que teimam em perceber o *território* com uma configuração estática, há outros que chamam insistentemente a atenção para a realidade complexa e dinâmica, e em permanente mutação, que os *territórios* apresentam e que, em sua opinião, mais não são do que o reflexo das dinâmicas físicas, socioeconómicas e culturais do contexto local (cf. Gehlen & Riella, 2004, p. 20).

A própria noção de *território* convida-nos ao debate, uma vez que amplia o nosso olhar e diversifica as possibilidades de compreender, de sistematizar e de alterar a realidade complexa.

Por outro lado, o *território* é uma referência globali-

zante, ou seja, é algo que está a ser construído simultaneamente com o conceito de globalização, denotando-se, por vezes, uma certa oposição face a este conceito, sobretudo pelas possibilidades que oferece, em reconhecer e valorizar as especificidades locais e regionais e assim enfrentar o desejo uniforme da ideia de globalização.

Por outro, a ideia de *território* pode oferecer a possibilidade de inclusão do particular no global, através das oportunidades de desenvolvimento e de potencialidades locais e regionais que as valorizam e lhes dão visibilidade.

O *território* constituído como *espaço social* produzido e delimitado por uma fronteira que o ordena, é construído como representação: tanto pode ser uma ferramenta, como um recurso para o desenvolvimento económico e social.

Nesta perspetiva, incluem-se no processo de planeamento as diferentes dimensões do *território*, pondo em evidência a sua complexidade.

Todo o conjunto é afetado e, simultaneamente, apontam-se as especificidades e as particularidades internas às delimitações da sociedade global, as quais interagem nos processos de construção identitárias sócio-económico-culturais que atribuem sentido ao local.

O olhar holístico que aponta para a incorporação de recursos específicos propicia a invenção de alternativas de competitividade dos produtos que são gerados no interior de um *território*, vantagem essa que é partilhada coletivamente.

Entretanto lançam-se desafios à ação coletiva para que esta passe a gerir a apropriação, que é compartilhada, dos benefícios retirados da competitividade.

Estes desafios podem ser alcançados através de processos de negociação de conflitos, de regras comuns e da tomada de decisões coletivas.

Este processo é ainda responsável pela construção do património sociocultural baseado na tradição histórica local, ao mesmo tempo que possibilita apontar

alternativas inovadoras. Aos poucos, sedimenta uma memória coletiva, rearticulando os saberes e as relações com o meio natural e com o património material e simbólico, desencadeando processos que conduzem à construção da cidadania.

O conceito de *território* é detentor da noção de património sociocultural e reclama a necessidade de mobilização dos recursos e das competências, atribuindo responsabilidades sociais, através de processos participativos.

Deste modo, a mobilização do património local induz à redinamização do território, através de novas modalidades de integração e de valorização dos recursos (materiais e não materiais) e dos produtos locais, como componentes do património sociocultural coletivo.

Não estamos perante uma situação em que se procura integrar de forma positiva os conhecimentos científicos e técnicos nos sistemas cognitivos e de agir de forma solidária, mas de estabelecer uma relação de cooperação e de negociação do conflito, para que as normas e os códigos de conduta sejam subjetivados no sistema de representações para que constituam parte da identidade social.

O conceito de *território*, que entretanto foi adquirindo forma, pode ser definido como um espaço socialmente construído, possuidor de recursos naturais e detentor de uma história construída pelos homens que nele habitam, através de convenções de valores e regras, de arranjos institucionais que lhes conferem expressão, e de formas sociais de organização da produção.

Como espaço social, o *território* é um campo de forças políticas conflituosas, com estruturas de *poder* e dominação. Assim, o *território* é simultaneamente um lugar de produção de bens e de acumulação de capital e um lugar de construção de acordos institucionais do poder instituído, em constante mutação e que abriga conflitos de interesses e formas de ação coletiva e de coordenação.

As formas de ação coletiva são territorializadas, pois não ocorrem no espaço abstrato, mas sim no espaço

socialmente construído.

### 11. Sociologia do território - Novos olhares sobre velhas e novas questões: a análise dos territórios em mutação sobre as relações entre os espaços sociais rural e urbano

A Sociologia, ao apropriar-se do conceito de *território*, tenta resolver um conjunto de questões com que a Sociologia Urbana e a Sociologia Rural se confrontavam e para os quais as teorias por si construídas deixavam muitas perguntas sem resposta. Daí que o uso do conceito de *território* tenha vindo, há mais de uma década, a obrigar à realização de um conjunto de reflexões em torno dos conceitos de *rural* e de *urbano*, ao mesmo tempo que nos leva a interrogar sobre os seus *objetos específicos* de análise.

A leitura sociológica que predominantemente marcou, nos últimos anos, a análise sobre espaço social rural português - nas suas dimensões de investigação e de institucionalização académica, sob a forma de Sociologia Rural - caracterizou-se por ser tributária do paradigma de análise dominante em voga nos anos setenta (cf. Reis & Lima, 1998, p. 341).

Esse paradigma, incorporava um conjunto de problemáticas e de preocupações intrinsecamente relacionadas com a natureza das transformações verificadas pela agricultura e pelos espaços rurais nas sociedades *mais avançadas* da Europa. Assim, as teorias desenvolvidas estavam todas elas viradas para a explicação da sobrevivência do campesinato[13] e as articulações entre a denominada economia camponesa e a sociedade global (cf. Reis & Lima, 1998, p. 341).

Hoje, é possível verificar que este paradigma se encontrava tendencialmente enviesado no que se refere ao tipo de análises teóricas que produziu, isto porque:

- a) relegou para um lugar de destaque, senão mesmo para um lugar exclusivo de análise, o campesinato e a pequena agricultura famili-

ar, deixando o conhecimento sobre os assalariados agrícolas e as especificidades relacionadas com o sistema latifundista para um lugar subalterno, senão mesmo marginal;

- b) a articulação rural-urbano, utilizada para analisar os processos de desenvolvimento e de mudança social, era baseada em teorias dicotómicas, onde o espaço rural se subordinava (e também se subalternizava) ao espaço urbano, através do que ficou denominado por *submissão formal* da agricultura camponesa aos sectores de produção especificamente capitalistas (cf. Reis & Lima, 1998, p. 341).

Por outro lado, o paradigma ao aceitar a tese da *autonomia relativa* do *espaço rural* abria a possibilidade de se proceder a análises sobre os próprios equilíbrios e sobre os mecanismos de reprodução internos (cf. Reis & Lima, 1998, p. 342).

Se uma das mais importantes heranças que o modelo teórico em análise possibilitou foi a restituição parcial do processo de desenvolvimento industrial, centrado nos espaços urbanos dos países mais *desenvolvidos* e dos mais periféricos da Europa, conseguiu produzir uma fundamentação teórica e uma metodologia crítica muito consistente do modelo *empirista-localista* que condicionou muitos dos estudos sobre as comunidades rurais.

A pior herança, se nos for assim permitida a classificação, prende-se com o facto desse mesmo modelo ter *limitado* as abordagens teóricas a outras dinâmicas do espaço rural, nomeadamente aquelas que se referem ao sul da Europa, onde esse mesmo espaço rural se apresenta regionalmente mais diferenciado e que nem sempre se assumiu como um espaço social passivo face aos processos de mudança (cf. Reis & Lima, 1998, p. 342).

O impacto empírico verificado a partir deste modelo, traduziu-se num conjunto de processos e de estratégias, de inovação e de reconversão económica, submetidas às lógicas urbano-industriais e ignorando os fatores intrínsecos aos contextos locais onde se en-

contravam integrados.

As lógicas e as próprias experiências de industrialização, que emergiram de forma difusa nalguns países do sul Europa, nomeadamente em espaços rurais e noutros tradicionalmente marginalizados, abriram o caminho que tendem para o incremento de processos de desenvolvimento, assentes nos recursos e nas complementaridades dos locais, e que evoluiu de um modo relativamente autónomo face ao modelo dominante de desenvolvimento, muitas das vezes denominado por *fordista*, que marcou o pós-guerra.

A partir o momento em que se passou a refletir sobre as dinâmicas de reanimação local dos espaços sociais anteriormente considerados como irrelevantes, senão mesmo *invisíveis*, face às perspetivas de reflexão de teorias macroeconómicas e macrosociológicas, *obrigou* a que se procedesse a profundas reconceptualizações nos vários campos de análise, das quais sobressaem aquelas que se preocupam, simultaneamente, com os aspetos inteligíveis face às novas interdependências espaciais e territoriais, e com a promoção da reabilitação dos estudos locais e da análise dos fenómenos sociais.

O conceito de *rural* tende a ganhar novos contornos como consequência das transformações que têm tido lugar nos vários territórios. Talvez já não se possa falar de uma *especificidade do espaço social rural*, uma vez que essa mesma especificidade desapareceu devido ao avanço das lógicas que presidem ao modo de produção capitalista nos campos (*cf.* Freitas, Almeida & Cabral 1976).

Por outro lado, o rural tende a distanciar-se cada vez mais de uma conceção sectorial que assentava tradicionalmente nas atividades agrícolas.

A primeira interrogação que surge quando se pretende refletir sobre as mudanças verificadas nesse espaço social, prende-se com o aspeto meramente ideológico que vem defendendo que o espaço rural não é mais do que o prolongamento expectante do espaço urbano; então é legítimo que nos interroguemos: será que o *rural* poderá ser entendido como um *continuum* do urbano? Ou será que o espaço rural poderá ser compreendido recorrendo à dicotomia *rural* e *urbana*?

O que se tem vindo a verificar é um incremento da penetração das atividades industriais na agricultura, a ponto de não se poderem diferenciar os sectores de fornecimento ou de compra de produtos.

Devido à forte influência das atividades urbanas que penetram no espaço rural, assiste-se a processos diferenciados de *urbanização dos campos*.

Todavia, esta situação não deve ser vista como um determinismo, ao qual o espaço rural se encontra irremediavelmente condenado.

Outro tipo de modificação verificada nos espaços rurais relaciona-se com as alterações nas formas de trabalho, comprovando-se a emergência de profissões diferenciadas no meio rural que eram, anteriormente, exclusivamente urbanas.

Como ocupações não agrícolas, podem-se destacar profissões como administradores, secretárias, mecânicos, motoristas ou operadores de informática.

O que sobressai destas alterações é o facto de nestas profissões, além de serem diferenciadas para o meio, os profissionais passarem a ocupar postos de trabalho em empresas que não estão ligadas somente ao ramo das agroindústrias, mas a outras empresas que, por razões diversas, se estabeleceram neste ambiente.

Entretanto, presencia-se a proliferação de lugares ou quintas projetadas para atividades de lazer destinadas à *classe média urbana*, e acessivelmente localizados em relação aos grandes centros urbanos, e que possuem atividades diversificadas como a apicultura, a criação de peixes, de aves e outros pequenos animais, ou a produção de chás, de flores, de plantas ornamentais, de frutas e hortaliças, assim como atividades de recreio e de turismo (como o turismo de habitação, o agroturismo ou o turismo rural), e que apresentam um *impacto positivo* na preservação e conservação da paisagem ao mesmo tempo que viabilizam economicamente espaços condenados ao despovoamento.

Estes estabelecimentos, para além de proporcionarem uma alternativa de rendimento diferenciado para os trabalhadores agrícolas, propiciam que esses mesmos trabalhadores se tornem caseiros ou até jar-

dinheiros, contribuem, ainda, para eliminar as culturas extensivas que se encontram nos arredores das cidades, libertando-as da dependência dos agroquímicos e da maquinaria pesada que normalmente se encontram associados a este tipo de culturas (cf. Blume, 2004, p. 38).

A interrogação anteriormente estabelecida possibilita que se proceda a um outro tipo de reflexão.

Hoje parece ser pacífica a aceitação do facto de existir uma grande aproximação entre os ambientes culturais urbanos e rurais.

No entanto, esta integração não leva, necessariamente, a uma mudança generalizada da identidade local dos habitantes rurais, contrariamente ao que se poderia supor.

O maior contacto, como aquele que ocorre atualmente, pode até proporcionar um efeito contrário.

Assim, ao invés de se dar uma homogeneização cultural, que descaracterizaria as identidades socioculturais dos sujeitos, a aproximação realçaria as especificidades do rural, na medida em que se produziria uma reestruturação das identidades e, simultaneamente, se verificaria um fortalecimento da ruralidade (cf. Blume, 2004, p. 40).

Dado o entrosamento de culturas, torna-se necessária alguma prudência com o uso de determinados resultados o que, muito evidentemente, pode apontar para uma reestruturação das identidades e das *culturas rurais* atribuindo-lhes valores e padrões tidos como urbanos.

E esta prudência não é de todo descabida se tomarmos em consideração a propagação da *cultura rural* nas grandes áreas urbanas.

Perante esta clara *invasão do rural no espaço urbano*, coloca-se obviamente em causa os pressupostos dos que defendem o fim do *rural*.

E esta questão leva a uma outra interrogação. A fronteira entre o *rural* e o *urbano* não estará a ser derubada pelo lado contrário?

Este facto indicia, de forma indiscutível, que a fronteira entre o *rural* e o *urbano* não é rígida, encontrando-se muitas das vezes de forma dissimulada. Daqui emergem a necessidade e a importância da análise do local.

Todavia, a noção de local não reduz o espaço a uma simples base física.

Esta noção torna-se útil como uma referência para um conjunto de relações sociais diversificadas que podem estar diluídas tanto no ambiente *rural* como no *urbano*, reduzindo, desta forma, a necessidade de distinção entre os ambientes.

Perante esta diversidade, os valores culturais são incorporados por novos hábitos e técnicas, o que contribui para que se torne difícil a determinação da unicidade no sentido das modificações e de se proceder com rigor à identificação de determinada preponderância de certos valores culturais considerados como hegemónicos (cf. Blume, 2004, p. 41).

A solução a adotar para este tipo de análise parece ser aquela que Pierre Bourdieu propunha para a leitura do *rural* como uma *categoria social realizada* (cf. Bourdieu, 1993, pp. 32-36).

A partir desta proposta, desenvolver-se-ia um conjunto de possibilidades para observar as relações sociais ao nível local, tornando-se possível a agregação ao *rural* das categorias simbólicas que foram sendo construídas a partir de universos culturais diversos.

Estas categoriais tendem a orientar o sentido das análises para os sujeitos do processo e não apenas para o *espaço*.

Serão os sujeitos que irão manifestar o seu vínculo com o local, através das suas práticas, independentemente de estarem ou não fisicamente no local definido como o de origem.

Torna-se, contudo, pertinente averiguar se, ao centrar os estudos nos aspetos simbólicos do *rural*, tendo o local como escala de análise, não se estaria a limitar a abordagem a outras escalas analíticas, e que são, por seu turno, são influentes na escala local.

Neste sentido, mais do que precisar as fronteiras entre o *rural* e o *urbano* ou evidenciar as diferenças culturais nas representações sociais, há que verificar a qualidade do conjunto das relações que as práticas sociais estabelecem sobre o *espaço*, sobre o local de análise, sendo que as práticas podem até mesmo ampliar a rede de relações sociais, sem que no entanto proporcionem uma homogeneidade social. Para que isto ocorra, as identidades devem estar ancoradas ao sentimento de pertença a um determinado local, criando uma consciência de si na relação que estabelece com o outro (cf. Blume, 2004), p. 42).

A proposta que sugere o estudo do *rural* a partir de uma abordagem territorial é deveras inovadora.

Parte-se do princípio que o *território* pode substituir com vantagens acrescidas, as ambiguidades originárias das perspetivas dicotómicas ou das perspetivas que consideram o *rural* como um *continuum* do *urbano*, na medida em que remete o debate para questões mais inteligíveis, não se preocupando em precisar as características que outros consideraram como determinantes, de um ou outro espaço.

Acredita-se que a abordagem territorial para o *rural* pode proporcionar uma valorização de dimensões analíticas importantes como os fundamentos ecológicos e económicos que se encontram inscritas neste espaço.

Será, de todo errado, abordar as relações entre a cidade e o campo, nos termos em que usualmente se desenrola o debate sociológico, ou seja, *dicotomia* × *continuum*.

E é de todo errado, pelo facto de existirem as denominadas *twilight zones*, ou sejam, espaços que pelo aumento da densidade demográfica, já não são rurais mas ainda não são urbanos, sem que, contudo, tal venha a significar que a contradição material e também histórica entre o fenómeno urbano e o fenómeno rural esteja a desaparecer.

Urge então saber quais os impactos que a tendência da diferenciação espacial pode alcançar na questão do desenvolvimento local, uma que é usual aliar as questões do desenvolvimento com os processos de

urbanização.

Todavia, é possível que um determinado *espaço rural* se desenvolva sem ter a necessidade de se tornar não-rural.

A verificar-se esta situação, dar-se-ia como que um corte epistemológico com a perspetiva do *espaço rural* como *continuum* do *espaço urbano*, havendo lugar ao questionamento da tese que advoga que o desaparecimento do *rural* se torna irreversível face ao avanço da urbanização.

Os estudos a empreender devem incorporar as novas perspetivas de análise, já que para estas, torna-se fundamental a valorização da questão espacial, que assume um lugar de destaque nesses estudos.

Desta forma, a abordagem territorial que é possuída de um enfoque que valoriza as dimensões espaciais numa forma diferenciada para análise do rural, tornou-se a mais inteligível uma vez que os conceitos de *espaço* e de *território* não se restringem, apenas e só, às dimensões local, regional, nacional ou até mesmo continental, como podem referenciar, de forma simultânea, a todas essas dimensões, o que se traduz numa mais-valia para a análise.

Contudo será pertinente proceder-se à verificação de prováveis impedimentos de índole teórico-conceptual, que reduziram o uso do território a uma mera abordagem explicativa, para que se possa realizar o pressuposto da abordagem territorial.

Será que o território é suficientemente inteligível na discussão sobre o *rural* e a *ruralidade*? Ou será que a essa abordagem, nos termos é que é proposta, só irá valorizar uma das dimensões explicativas, a explicação normativa?

Ao chamar o *território* à discussão, para as questões sobre o *rural* e a *ruralidade*, contribui-se para que o debate passe a assumir um caminho especializado, pois dá-se a sua distanciação das vertentes clássicas das Ciências Sociais, configurando-se, deste modo, um novo momento para se produzirem as reflexões.

No entanto, esta renovação teórica, que tem vindo a

apelar à convocação de novas abordagens sobre a fronteira do *rural* e do *urbano*, e cuja reformulação está longe de reunir a fundamentação teórica indispensável à credibilidade e adesão da comunidade científica, tem vindo a introduzir, de forma sistemática, um conjunto de orientações e de perspectivas de análise, sobretudo, quando focalizam a sua atenção nos processos endógenos – quer se tratem de transformações, ou de iniciativas de base local – e que são concernentes a contextos e a estratégias regionais, têm proporcionado para que se verifique a emergência de novos princípios a introduzir nas teorias de análise do desenvolvimento local.

## Conclusão

Pese embora a problemática sobre o espaço abarque um leque diversificado de abordagens por parte das várias ciências, não houve por parte dos fundadores da Sociologia uma grande preocupação em torno das questões urbanas, que entretanto emergiram com a revolução industrial.

Tal, como se afirmou anteriormente, não significa que tenha havido um desinteresse sobre as questões espaciais, as questões urbanas e as questões rurais. Pese embora os fundadores da ciência sociológica não tenham incidido as suas análises sobre estas problemáticas, as suas influências foram, e continuam a ser, muito maiores sobre as várias gerações de sociólogos e atravessaram não só todo o século XX, como tem vindo ainda a marcar o século atual.

A evolução das reflexões teóricas sobre o espaço, que entretanto foram sendo produzidas, tem variado ao longo do tempo e de autor para autor, consoante as condições sociais e teóricas que as possibilitam. Longe parecem estar os tempos das abordagens sobre o fenómeno urbano por parte da corrente *culturalista* da Escola de Chicago. Mas será que os seus pressupostos teóricos devem ser abandonados passados todos estes anos? Será que o espaço deixou de ser o tal elemento de mediação indispensável para a produção de situações particulares e a expressão das estruturas sociais? Não creio que tenha deixado de o ser. Mas pode ter assumido novos figurinos, que

mais não são do que novas configurações que emergiram por via da importância (ou da sua perda) que um determinado espaço assumiu.

Mas nem sempre os desenvolvimentos teóricos sobre a problemática do espaço urbano trouxeram mais-valias teóricas para a reflexão sociológica. O exemplo mais negativo que se pode apontar prende-se com um conjunto de contributos que lançaram, no Reino Unido, a um descrédito acentuado da Sociologia Urbana, fruto do abuso da recorrência da aplicação não sociológica do inquérito social por parte daqueles que trabalhavam em planeamento. Ou seja, o interesse exagerado pelos dados estatísticos sobrepôs-se e desvirtuou a reflexão teórica da Sociologia.

Mais tarde a *Escola Francesa* viria a contribuir para o retomar as questões urbanas, desenvolvendo conceitos tão importantes como o de civilização urbana associando, nas suas versões neomarxistas, à lógica interna do capital e a sua dominação sobre o espaço e a sociedade. Contudo, o *objeto teórico* distinto e específico da Sociologia Urbana nunca foi unânime entre os neomarxistas. Aquilo que aparentemente seria de fácil resolução, não o foi de facto. Como difícil se mostrou aceitar as cidades como centros de *consumo coletivo*, o que contrariava o pensamento marxista sobre o papel da cidade no processo de produção.

Mais recentemente, o espaço passou a ser compreendido de acordo com a *intencionalidade* que é responsável pela sua criação. Essa visão parcial que o reduziu a uma representação unidimensional foi expandida dando origem a uma representação da sua multidimensionalidade. É então que surge o conceito de *território*, que é conceptualizado como um espaço que é apropriado por uma determinada relação social, responsável pela sua produção e manutenção, a partir de uma forma de *Poder*.

Esta apropriação do conceito de *território* visou, por parte da Sociologia, resolver velhas e novas questões com que a Sociologia Urbana e a Sociologia Rural se confrontavam, uma vez que as teorias que produziram, deixavam sem respostas as muitas perguntas que eram feitas.

Entretanto muitas questões em torno do *rural* e do *urbano* encontraram resposta. Contudo, outras matérias ainda continuam à procura de soluções, uma vez que a renovação teórica ainda se encontra bastante longe de angariar todos os apoios da comunidade científica, o que pode ser revelador da diversidade e da riqueza que as problemáticas sobre o espaço ainda suscitam na Sociologia.

## Referências bibliográficas

- Blume, R. (2004). *Território e Ruralidade – a desmistificação do fim do rural*. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Faculdade de Ciências Económicas
- Bourdieu, P. (1993). A propos de la famille comme catégorie réalisée. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº 100, Dezembro de 1993. pp. 32-36.
- Castells, M. (1998). Urban Sociology in the Network Society: Back to the Future”, in B. Wellman (editor), *The Urbane Community* 27, 2 (Outono, 1999)
- Castells, M. (1972). *La Question Urbaine*. Paris: Maspero
- Fernandes, B. (2005). Movimentos Socio territoriais e Movimentos Socio espaciais - contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. *OSAL*, Buenos Aires, Ano VI, nº 16 [Janeiro-Abril 2005]
- Freitas, E., Almeida, J. & Cabral, M. (1976). *Modalidades de Penetração do Capitalismo na Agricultura, estruturas agrárias em Portugal continental. 1950-1970*. Lisboa: Editorial Presença
- Gehlen, I. & Riella A. (2004). Dinâmicas territoriais e desenvolvimento sustentável. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 6, nº 11, Jan/Jun 2004, p. 20
- Guerra, I. (1991). *Changements Urbains et Mode de Vie dans la Péninsule de Setúbal de 1974 a 1986*. Tese de Doutoramento. Tours: Université François Rabelais
- Guerra, I. (1987). *A Territorialização das Relações de Produção - elementos para a análise da vida social local*, Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica. Lisboa: ISCTE
- Lefebvre, H. (1991). *Production of Space*. Cambridge: Blackwell Publishers
- Mela, A. (1999). *A Sociologia das Cidades*. Lisboa: Editorial Estampa
- Reis, J. (2005). *Uma Epistemologia do Território*. Coimbra: Oficina do CES
- Reis, M. & Lima, A. (1998). Desenvolvimento, Território e Ambiente. in J. Viegas & A. Costa. (Org.) (1998). *Portugal que Modernidade?*. Oeiras: Celta
- Saunders, P. (1981). *Social Theory and the Urban Question*. London: Hutchinson & Co., Ltd.
- Savage, M. & Warde, A. (2002). *Sociologia Urbana, Capitalismo e Modernidade*. Oeiras: Celta.

## Notas

- [1] Nome pelo que ficou conhecido o Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago (fundada em 1892) e que bastante cedo passou a ter um elevado reconhecimento científico nos EUA.
- [2] São os exemplos, de entre outros, dos condomínios da Herdade da Aroeira, no município de Almada, da Quinta do Peru, no município de Sesimbra, da Herdade do Montado, no município de Palmela ou da Quinta do Lago, no município de Loulé, todos eles junto a campos de golfe.
- [3] Em 1889 é publicada a obra de Charles Booth intitulada *Life and Labour of the People in London*
- [4] Em 1901 é publicada a obra de Benjamin Seebohm Rowtree intitulada *Poverty, A Study of Town Life*
- [5] Estas preocupações estendem-se a outros estudos sobre a pobreza, nomeadamente aos estudos de Joseph Rowntree na cidade de York.
- [6] Patrick Geddes (1854-1932), biólogo e filósofo escocês, usualmente considerado como o pai do Planeamento Regional e Urbano, foi um dos muitos pensadores que estiveram na génese da fundação desta Sociedade.
- [7] Esta ideia, que não é original, revela a ainda forte influência de Auguste Comte.
- [8] Os Mass Observation ainda hoje existem. The Mass-Observation Archive com toda a documentação entre os anos de 1937 e os primórdios dos anos 50, do século passado e o material recolhido de forma continuada desde 1981 está disponível para consulta na Biblioteca da Universidade de Sussex.
- [9] O Voting Right Act de 1965, a Lei federal norte-americana que concedeu direitos iguais de voto aos afro-americanos, foi o culminar da Campanha pelos Direitos Civis, do reverendo Martin Luther King Jr.. Com a assinatura desta Lei, o então Presidente norte-americano Lyndon Johnson esperava pôr termo aos motins urbanos desencadeados por parte da população negra dos bairros de Harlem e de Bedford-Stuyvesant em New York, e os tumultos de Watts, em Los Angeles, em 1964/65.
- [10] Entre as muitas obras produzidas por Louis Althusser citam-se *Lire le Capital* e *Pour Marx*, ambas publicadas em 1965.
- [11] A propósito desta questão chama-se à atenção para o facto da obra emblemática de Manuel Castells, *La Question Ur-*

baine, nunca tenha sido publicada em Portugal. Todavia, foi publicada no nosso país, em 1976, a obra *Lutas Urbanas e Poder Político*, (Porto, Afrontamento), onde Castells põe toda a tónica nos movimentos sociais urbanos, identificando-se mais com uma cartilha política do que com um texto científico.

- [12] Foi caso do movimento ecologista alemão Die Grünen (Os Verdes)
- [13] No quadro da análise marxista das classes sociais, o campesinato é considerado uma classe social especificamente não-capitalista, isto porque a sua origem remonta ao período medieval.